

## Transportes

# Consórcio chinês com empresa do metrô de BH leva trem SP-Campinas

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com PATRICIA CRUZ / ESTADÃO



Na Linha 7-Rubi, Estado calcula que operação poderá ficar mais ágil, com intervalo de até 3,5 minutos

**C2 Mobilidade sobre Trilhos fez proposta única, com 0,01% de desconto no leilão da B3; Tarcísio de Freitas comemora**

PRISCILA MENGUE

Composto pelo Grupo Comporte e a chinesa CRRC, o consórcio C2 Mobilidade sobre Trilhos fez a única oferta no leilão da concessão de implementação da linha de trem expresso de passageiros entre as cidades de São Paulo, Jundiaí e Campinas na tarde de ontem, na B3. A parceria público-privada (PPP) prevê também criar uma linha que interligue Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas, no interior paulista, assim como mudanças na Linha 7-Rubi, da CPTM.

O consórcio fez a proposta de 0,01% de desconto na contraprestação que será paga pelo governo do Estado, cujo teto era de cerca de R\$ 8 bilhões. Ligado à família Constantino (da Gol), o Grupo Comporte é responsável pela operação do VLT da Baixada Santista, que liga São Vicente a Santos, e do Metrô BH, na capital mineira, dentre outras atividades no ramo de transportes. Já a CRRC (sediada em Pequim) é uma das maiores referências internacionais no fornecimento de equipamentos ferroviários.

O Estado será responsável por pagar quase R\$ 9 bilhões dos R\$ 14,2 bilhões a serem investidos em infraestrutura, ficando o restante para o consórcio. Parte dos recursos estaduais virá do empréstimo de R\$ 6,8 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Após o resultado do leilão, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) destacou a vontade de dar prosseguimento aos planos de outras interligações ferroviárias de passageiros da capital. A mais avançada é com Sorocaba, cujo estudo de viabilidade está em desenvolvimento e há leilão previsto para 2025. São José dos Campos e Santos também estão nos planos, com alguns desafios maiores, especialmente no caso da Baixada Santista (pelo relevo da Serra do Mar).

“É inovador, é o primeiro trem de média velocidade do País”, afirmou Tarcísio. “Imagina como a dinâmica, a vida das pessoas, vai mudar. As pessoas vão poder morar em Campinas e Jundiaí e trabalhar em São Paulo. E vice-versa.”

Tarcísio também citou outras concessões previstas para os próximos meses, como das

Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade (todas da CPTM) e dos serviços lotéricos estaduais, além das vendas da Sabesp e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), dentre outras. “Vamos frequentar bastante a B3 neste ano”, afirmou o governador.

O projeto era discutido havia pelo 20 anos. O interesse do consórcio formado pela Comporte e a CRRC já era discutido nos bastidores há semanas. Na segunda-feira, a CRRC teve uma reunião com o governador no Palácio dos Bandeirantes, conforme consta na agenda oficial, divulgada pelo Estado. Outro compromisso do tipo já havia ocorrido em agosto do ano passado.

**DETALHAMENTO.** Não foram apresentadas outras propostas no leilão. “Esse trem vai mudar muito a história da nossa região”, afirmou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, após o anúncio do resultado do leilão. O prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos), celebrou o resultado. “É uma conquista histórica. O trem vai impulsionar os negócios da região, facilitar o deslocamento das pessoas entre as cidades, abrir oportunidades, gerar emprego e renda.”

Diretor institucional da Comporte e coordenador-geral do consórcio, José Efraim Neves da Silva, agradeceu ao governo por apresentar um projeto “exequível”. “Para que possamos dar continuidade e gerar exemplos, para que outros também venham a participar e contribuir para o crescimento do Estado e da nossa nação”, declarou.

Chamado de Trem Intercidades (TIC), o expresso tem trajeto com duração estimada de 1h04 a 1h15, entre o Terminal Palmeiras-Barra Funda, na zona oeste paulistana, e Campinas, com parada em Jundiaí. A velocidade média prevista é de 95 km/h. O valor médio estimado do bilhete é de R\$ 50, com teto de R\$ 64 (a ser atualizado anualmente, com base princi-

palmente no IPCA). A operação das linhas do leilão desta quinta envolve construir novas vias para a circulação de trens, ao longo do trajeto já existente (utilizado para transporte de carga e, no trecho até Jundiaí, pela CPTM).

O traçado adotado data do século 19, de modo que envolve estações tombadas como patrimônio cultural na esfera estadual — as quais precisarão passar por restauro, readequações e, em alguns casos, conversão para novo uso, opção no caso de locais que terão uma nova estação. Segundo o Estado, optou-se pela implementação das novas linhas em vias ao longo do caminho já em atividade (pela CPTM e pelo transporte de cargas) para reduzir o custo com desapropriações.

**Trem Intermetropolitano Com estações em Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas, terá cerca de 44 quilômetros**

**OUTROS PONTOS.** Há também determinação de implementação do chamado Trem Intermetropolitano (TIM), com estações em Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas. O trajeto seria de cerca de 44 km, com tempo estimado de 33 minutos e velocidade média de 80 km/h. Nesse caso, a tarifa dependerá da distância percorrida. O previsto é que chegue a cerca de R\$ 14 no trecho entre Jundiaí e Campinas, com menor valor em trajetos mais curtos. A estimativa é de que cada trem transporte 2.048 passageiros.

Na Linha 7-Rubi, o Estado calcula que a operação poderá ficar mais ágil. A estimativa é que caia em quase pela metade o intervalo entre trens nos horários de pico, chegando a cerca de 3,5 minutos. Estimase que a soma do TIC, do TIM e da Linha 7-Rubi chegue a transportar mais de 550 mil pessoas diariamente no primeiro ano. ●

## ‘Não tem como só o privado bancar a obra’, diz especialista

Diretor executivo da FGV Transportes, Marcus Quintella considera o resultado como um sucesso, apesar de ter atraído apenas um interessado. “A partir do momento em que algum empreendedor identificou a viabilidade, é um sucesso. Não precisa ter dez concorrentes, basta um entender como viável”, avalia.

O especialista admite que o desconto (0,01%) oferecido pelo consórcio “foi praticamente zero”. “Mostra que pode estar em cima do lago (a viabilidade econômica)”, comenta. “Normalmente, a empresa pri-

vada faz os próprios estudos de demanda, a própria modelagem. Não se baseia só no que está no edital para entender se aquilo está adequado.”

O critério para selecionar o vencedor era aquele que oferecia a menor contraprestação a ser paga pelo governo do Estado. “É uma obra importante e com risco de demanda. No mundo inteiro, o adotado é esse tipo de modelagem. Não tem como só o privado bancar essa obra”, diz o especialista.

Segundo o professor, nesse tipo de concessão, o consórcio tem o retorno de receita básica-

mente por meio da tarifa e da contrapartida pública, com um percentual menor de outras origens, como publicidade. O governo será responsável, ainda, por pagar quase R\$ 9 bilhões dos R\$ 14,2 bilhões a serem investidos em infraestrutura. Parte dos recursos estaduais será oriunda de empréstimo de cerca de R\$ 6,8 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quintella diz que o empréstimo do BNDES foi importante como “garantia” do Estado, visto que será responsável pe-

la maior parte dos investimentos e, ainda, pela contraprestação. “Agora, depende do governo cumprir a sua parte do investimento e, depois, monito-

**Conhecimento necessário Quintella comenta que a CRRC tem a expertise de produção de material rodante e da área**

rar a prestação de serviços.”

Ele comenta que a CRRC tem a expertise de produção de material rodante e o conhe-

cimento da área de transporte em geral, com ampla trajetória internacional, inclusive na América do Sul (como no Chile). Além disso, avalia que o resultado do leilão pode impulsionar o interesse por outras propostas semelhantes.

O governo do Estado já anunciou que pretende lançar outro no ano que vem, de interligação da capital com Sorocaba. Para o especialista, mais interesse pode atrair, ainda, uma futura proposta até Santos. “Cabe montar projetos. Tem de mostrar demanda, ver se funcionará em outras áreas.” ●